



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 030

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE ABRIL DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
20 DE ABRIL DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos Srs. Deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicação:**

**INDICAÇÃO Nº 012/2004**

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e Sr. Secretário de Transporte do Estado do Paraná:

O Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que seja estadualizado o trecho da Estrada Inter-Municipal que vai do Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária daquela localidade.

Com a conservação pelo DER-5ª Região dessa estrada com cerca de 60 quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região restaria beneficiada com os gastos municipais.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por consequência, também, uma maior arrecadação estadual.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 603**

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER que na análise do Projeto de Lei nº 284/2003 do nobre Deputado Durval Amaral, seja dada preferência na discussão no Substitutivo Geral de Plenário, não obstante a necessidade de serem postas em discussão as emendas de plenário.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) NATÁLIO STICA

**JUSTIFICATIVA:**

O Substitutivo Geral de Plenário do projeto de lei em tese, absorve as correções elencadas pela CCJ e demais Comissões, razão pela qual poderá ser o texto guia para a discussão da matéria. No entanto, não absorve as emendas de Plenário.

**REQUERIMENTO Nº 605**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 22 mês de abril (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO Nº 611**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 049/04, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 609

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de uma Sessão Solene desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 18/06/04, às 19h30min, na Cidade de Londrina, tendo por local a sede da Associação Cultural e Esportiva de Londrina - ACEL, para que seja procedida a entrega do Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, à Sra. Tomi Nakagawa, apresentando para tal as seguintes justificativas:

a) A Sra. Tomi Nakagawa, é uma cidadã de 97 anos de idade, e, portanto quase impossibilitada de se deslocar até a Capital do Estado;

b) A Sra. Tomi é moradora de Londrina, desde 1958, portanto, nada mais justo do que a realização desta Sessão Solene na chamada capital do Café;

c) Dia 18/06 é a data comemorativa da chegada do navio Kasato Maru, ao Brasil, trazendo os primeiros imigrantes japoneses, e, portanto a comemoração terá um sentido mais amplo para a Colônia Japonesa do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, COMUNICA, que se ausentará do País nos dias 01 a 09 de maio próximo para participar do programa de troca de experiência com o Legislativo Estadual Americano, em Washington, D.C., a convite da Secretaria de Estado do Governo Norte Americano, juntamente com outros Deputados Estaduais brasileiros, membros da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, conforme cópia do convite anexo.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

## REQUERIMENTO Nº 600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Tufik Kairalla, antigo morador, comerciante, agricultor e de larga participação na sociedade andiraense.

Chegou a Andirá em abril de 1958, vinda da cidade de São Paulo. Até a Casa Vitória, seu fundo de comércio, permanece no mesmo lugar.

Tufik Kairalla foi sócio-fundador do Andirá Tênis Clube e membro do Rotary Club de Andirá.

Deixa a esposa Nair Kairalla e os filhos: Feres, Gilberto, Antônio Carlos, Leila e Sérgio.

Do aprovado, requer, ainda, seja comunicado à família enlutada no seguinte endereço: rua São Paulo, 251, Andirá, CEP 86.385-000.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Vereador Vilmar Czarneski Fávaro, pelo recebimento do Prêmio Vereador Destaque da Lapa e Político Destaque, durante 06 anos consecutivos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao nobre Vereador Vilmar Czarneski.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderia haver dia de festa mais jubiloso do que este, quando comemoramos com muita alegria a notícia do recebimento do tão honroso prêmio pelo Vereador Vilmar Czarneski Fávaro do Município da Lapa.

Na verdade, político de destaque tem uma grande responsabilidade na consolidação dos ideais da população lapeana onde realmente participa para tornar sólido o desenvolvimento do seu município.

Um Vereador assim, honra a sociedade a que pertence e seus exemplos são lições vivas para os seus concidadãos. A sua dedicada vocação, em prol da causa pública, tem feito um Vereador seguro, a cuja orientação nos curvamos certos de que está trilhando o caminho correto.

Político, no bom sentido, reconhecemos que é inspirado pelo desejo de servir.

A política, como arte de dirigir os homens, é sem dúvida, a mais difícil das artes. Exige qualidades incommuns de descortínio, coragem, abnegação e caráter.

É em reconhecimento por essas qualidades que exornam a personalidade do Vereador Vilmar, que aqui estamos para saudá-lo.

Honra, pois este Deputado, homenagear aos que lutaram e lutam para dotar esta terra com o templo do saber, na certeza de que praticaram o ato mais meritório de que é capaz o esforço humano.

## REQUERIMENTO Nº 596

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Capitão Leônidas Marques, pela passagem de seus 40 anos de emancipação política no próximo dia 28 de abril/04.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos Exmos. Srs. Decio Dallabrida, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Valdir Gnoatto, assim como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição homenageamos toda a população de Capitão Leônidas Marques, com o nosso reconhecimento pela eficiente colaboração ao longo desses 40 anos. Também prestamos nossa homenagem aos seus administradores de todos os tempos que muito contribuíram para o desenvolvimento do Município.

O trabalho realizado pelo Prefeito Décio Dallabrida, Vice-Prefeito Valdir Gnoatto e assessorias vem rendendo destaques para a cidade com um modelo de gestão equilibrada, voltada inteiramente para o bem-estar da população, pois, a Administração do Município vem resgatando uma antiga dívida social oferecendo mais cidadania à população.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, congratula-se com a população de Capitão Leônidas Marques, pois é muito importante reconhecer e homenagear as pessoas que contribuem para o progresso do Município

#### REQUERIMENTO Nº 597

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Guaratuba, pela passagem, no próximo dia 29 de abril, de seus 233 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos Exmos. Srs. José Ananias dos Santos, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Miguel Jamur, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Guaratuba irá comemorar a passagem de seus 233 anos de emancipação política, no próximo dia 29 de abril.

Nossa tradição não é baseada em lenda, não se formou por contos, nem por ouvir dizer. Nossa tradição, nossa história e a luta pela cidadania paranaense foram feitas com coragem, com espírito de luta. É o caso de Guaratuba.

É justo e oportuno que, nesta significativa data, prestemos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à população de Guaratuba que sabedora de seu importante papel no desenvolvimento do Município con-

tinua dando sua parcela de colaboração em prol do engrandecimento cada vez maior do seu Município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, congratula-se com toda a população de Guaratuba no transcurso da magna data.

#### REQUERIMENTO Nº 598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofício do Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, DD. Secretário Estadual dos Transportes, solicitando a reforma da ponte sobre o rio Sapucaí, na PR-474, ligando o Município e Anahy a Iguatu e Braganey.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A reforma faz-se necessária em virtude do intenso tráfego de veículos leves, máquinas agrícolas, caminhões e ônibus que por ali transitam, uma vez que atende inúmeras propriedades rurais, sendo a única via de acesso entre os municípios de Anahy e Iguatu, inclusive com linha de ônibus, que faz o itinerário Iguatu à Corbélia.

Também com a realização da reforma facilitará o acesso daquela população à saúde e educação, proporcionando transporte de boa qualidade e conseqüentemente maior rapidez de locomoção, fato imprescindível para o desenvolvimento da região.

#### REQUERIMENTO Nº 599

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofício do Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, DD. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitando recursos financeiros para a reforma do prédio que abriga a Creche Mamãe Carolina, do Município de Foz do Iguaçu, entidade mantida pela Associação Beneditina da Providência.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneditina da Providência, entidade sem fins lucrativos, é mantenedora da Creche Mamãe Carolina, que atende crianças de 02 a 06 anos, oriundas de famílias de baixa renda, bem como desenvolve com meninas de 07 a 18 anos atividades de formação humana cristã, reforço escolar, aulas de trabalhos manuais e práticas de trabalhos manuais e costumes visando incluí-las futuramente no mercado de trabalho para seus próprios sustentos e auxílio a familiares.

Funcionando há 23 anos, o prédio necessita de diversos reparos e ampliações para a continuidade do excelente trabalho que vem desenvolvendo junto à sociedade iguaçuense, principalmente em favor dos mais carentes.

**REQUERIMENTO Nº 602**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, o encaminhamento à Procuradoria Geral da Justiça, por este Poder Legislativo, da denúncia formalizada conforme instrumento em anexo, relativa ao patrocínio, pelo Governo do Estado do Paraná, do Tribunal Internacional Popular, sobre Transgênicos, realizado neste mês, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e VALDIR ROSSONI.

**REQUERIMENTO Nº 610**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUEREM, o envio de voto de congratulações ao Coritiba Futebol Clube, pela conquista do Bicampeonato, e do 32º Título de Campeão Paranaense de Futebol, ocorrido na data de 18/04/2004.

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(aa) ARTAGÃO JÚNIOR  
ANTONIO ANIBELLI

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 128/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Intermunicipal do trecho que vai do Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campo do Simão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária daquela localidade.

Com a conservação pelo DER-5ª Região desta estrada com cerca de 60 quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região restaria beneficiada com os gastos municipais.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por consequência, também uma maior arrecadação estadual.

**PROJETO DE LEI Nº 129/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando o presente projeto de lei que objetiva conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor.

O Paraná, nos últimos anos, foi aprendendo a ouvir, com respeito, a opinião desse cidadão, a quem o jornalista Fábio Campana classifica como “o mais paranaense dos cariocas”, apesar de Belmiro ter nascido em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Aos quatro anos veio ao Paraná, residindo no Município de Rio Negro. Depois de passar um bom tempo estudando no Rio de Janeiro, se preparando para viver e contribuir para a era que depois viria, a do conhecimento.

Desde o ano de 1964, quando ingressou no antigo Partido Democrata Cristão - PDC, Belmiro atuou de forma marcante na política do nosso Estado, iniciando na Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas (Governo Ney Braga), passando pela Coordenação Estadual de Planejamento (Governo Parigot de Souza), Secretário de Estado de Planejamento (Governo Emílio Gomes, Canet Júnior e José Richa) e finalmente como Secretário de Estado da Educação (Governo Álvaro Dias).

Na iniciativa privada, ocupou vários cargos de importância no Bamerindus, especialmente na diretoria de planejamento e controle estratégico e a chefia da área internacional do Banco.

Muitos são os predicados que justificam a nossa propositura, pois Belmiro Valverde é um ente intelectual que elevou como poucos, a imagem do nosso Estado do Paraná, promovendo o crescimento e a evolução e ajudando a escrever a gloriosa história de desenvolvimento deste Estado nas mais diversas áreas públicas, instituindo programas que até os dias de hoje surtem os seus benéficos efeitos ao nosso povo.

Em sendo assim, conclamo todos os Deputados deste Parlamento a promoverem o devido apoio ao presente proposição por se tratar de sugestão das mais meritórias.

PROJETO DE LEI Nº 130/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa da Solidariedade Rafaelle, com sede e foro no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) FELIPE LUCAS

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Conforme deliberação da Sessão anterior, nós teremos, durante o horário do Pequeno Expediente, a participação do Dr. Fernando Augusto Mello Guimarães, Conselheiro do Tribunal de Contas, que fará a explanação com relação a gastos com pessoal do Governo do Estado, enfim, matéria pertinente a este assunto.

Gostaria de cumprimentar e agradecer a presença do Dr. Fernando e colocar à sua disposição a tribuna, para que o senhor possa fazer a sua explanação pelo período de trinta minutos.

O SR. FERNANDO GUIMARÃES

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Primeiro, gostaria de agradecer a oportunidade de me fazer presente e poder contribuir de alguma forma para o exercício da atividade político legislativa e também pela atividade político executiva. E, de alguma forma, trazer algum subsídio para que se possa exercer essas prerrogativas de ambos os Poderes, em prol de um interesse público, de um interesse coletivo.

Queria agradecer também, porque foi daqui que pedi voto para a minha indicação de Conselheiro e me deixa muito honrado retornar a esta Casa agora como contribuinte e não como pedinte de voto e de homologação, mas, acima de tudo, gostaria de fazer uma ressalva: em nome do meu Tribunal de Contas eu não posso responder, porque é uma instituição integrada por outros Conselheiros. Quer dizer, uma manifestação formal sobre a matéria e definitiva, só cabe ao Plenário nos seus procedimentos regulares como: consulta, processo de alerta, prestação de contas, ou em solicitação formal de alguma Comissão Parlamentar desta Casa.

Falarei como Conselheiro e como cidadão que estuda a lei há muito tempo, trabalharei com alguns dados que foram fornecidos pelo sistema de administração financeira do Estado, que são os dados constantes nos relatórios de gestão fiscal e que são adotados inclusive pelo Tribunal de Contas ao longo dos 12 meses.

Basicamente, gostaria de apresentar o que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, quais são os seus procedimentos e os seus mecanismos. Evidentemente que também estarei à disposição para algumas perguntas sobre

algum assunto que eu deixe de abordar nessa rápida explanação,

Um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, independente do seu assunto, conteúdo ideológico, se cada um gosta ou não, da lei. Ela está em vigor desde 2000 e um dos pilares dela são limites gastos com pessoal, ou seja, com base no artigo 169 da Constituição, o Legislativo Federal editou uma lei complementar estabelecendo limites para gastos com pessoal. A diferença em relação à legislação anterior é que estabeleceu limites por Poder: ao Executivo, ao Legislativo, que inclui daí o Tribunal de Contas; ao Judiciário e ao Ministério Público.

No âmbito dos Municípios, estabeleceu apenas para o Legislativo e para o Poder Executivo. No âmbito do Estado, temos o limite de 49% da receita corrente líquida, como limite total de pessoal.

Mas, até chegarmos a esse limite, temos - brinco sempre - um limite de avaliação que o gerente do Banco faz quando vamos fazer uma conta nova. Quando faço meu cadastro do Banco, tenho tudo aberto, tenho limite verde, sou um bom cliente. Na medida que vou progredindo e minha situação financeira começa a atingir níveis de comprometimento de uma boa relação com a instituição bancária, ela vai emitir-me o próprio sistema um alerta, um sinal vermelho. Até lembrei que minha gerente apresentou uma carinha já mais séria. E depois de um outro limite, o próprio sistema vai emitir-me um valor vermelho, uma carinha vermelha, séria, ou seja, estou impedido de operar com o Banco.

Temos também um limite de alerta, que representa exatamente 90% da Receita Corrente Líquida de gastos com pessoal. Nesse limite, que representa hoje 44,10%, o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo - que são também órgãos fiscalizadores da Lei de Responsabilidade Fiscal - mais especialmente o Tribunal de Contas, emitirá um alerta ao Poder Executivo dizendo o seguinte: oh, a sua despesa com pessoal, ativos, inativos e pensionistas, está chegando num limite que você deve observar a sua progressão. Mas não impõe nenhuma conduta de fazer ou não fazer, ao Poder Executivo, não impõe nenhuma sanção, apenas, o Tribunal alerta.

Chegando a 90% desse limite, ou seja, 46,55% da Receita Corrente Líquida, o que diz a lei: é o limite de prudência, onde são vedados ao administrador público a prática de alguns atos apresentados no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Progredindo esse limite, chegando aos 49%, o Estado já está inclusive com outro comportamento. Além das medidas de não fazer, prevista no artigo 22, deverá, em 8 meses, ou seja, dois quadrimestres, retornar aos limites normais abaixo de 49% de gastos com pessoal, sob pena da proibição de receber transferências voluntárias, de não firmar operações de crédito e outras sanções de ordem pessoal, inclusive ao administrador.

Feito esse esclarecimento rápido sobre esses três sistemas, primeiro é preciso dizer o que é Receita Corrente Líquida, se a própria Lei de Responsabilidade Fis-

cal estabelece o cálculo da Receita, o que compõe e o que não a compõe, que são traduzidos num relatório de gestão fiscal, que são publicados a cada quatro meses, ou seja, em três quadrimestres.

Também são apresentadas essas evoluções de Receita em termos de relatórios bimestrais a cada dois meses. Os gastos de pessoal também são calculados em termos percentuais e não nominais, sobre a Receita Corrente Líquida. A diferença é que ela se faz, no mês que estamos avaliando, com os onze meses imediatamente anteriores. A Lei de Responsabilidade Fiscal não trabalha com Receita orçada, Receita projetada. A Receita orçada e a projetada é indicador de planejamento e não de controle de gastos de pessoal. O controle é o mês de referência e os onze meses imediatamente anteriores. Isso possibilita o quê? Até o acompanhamento, mês a mês, da evolução dos gastos com pessoal.

Logo que a Lei de Responsabilidade Fiscal entra em vigor, com qualquer lei polêmica como essa, surgem alguns movimentos de inconstitucionalidade, de ilegalidades, enfim, em relação a alguns de seus comandos. O Tribunal de Contas do Paraná adotou, como princípio, como norma. A Lei em vigor é constitucional, salvo se houver uma decisão do Supremo ou do Poder Judiciário que retire a eficácia de um ou outro comando inserido no seu contexto.

No caso de gastos com pessoal, o artigo 169 da Constituição fala que a lei complementar tratará de limite com despesa total com ativo e inativo. A Lei de Responsabilidade Fiscal já inclui os pensionistas.

Em um primeiro momento, colocou-se se seria inconstitucional ou não, a inclusão dos gastos com pensionistas. O Tribunal tem adotado, efetivamente, o critério, como a maioria dos Tribunais de Contas de Brasil, salvo um ou outro - Rio Grande do Sul e Minas Gerais se não me engano - que excluam os pensionistas, por entenderem inconstitucional.

A matéria encontra-se sob a apreciação do Supremo Tribunal Federal, em uma grande ADIN - se não me falha a memória - do Partido dos Trabalhadores. Mas essa matéria não foi ainda decidida pelo Supremo Tribunal Federal. A presunção é que os gastos com pensionistas, integram os gastos, com o pessoal do Estado do Poder Executivo.

Fizemos uma projeção, com base nos dados dos últimos relatórios de gestão fiscal - não é projeção, aí é levantamento, é receita efetiva, despesas realizadas com pessoal - não considerando os pensionistas de outros Poderes. Aqui temos uma situação muito particular, porque o Poder Legislativo, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, têm os seus pensionistas, embora pagos pelo Estado, com recursos orçamentários, não integram os limites do Poder Executivo, só os seus pensionistas próprios integram o limite pessoal.

Considerando os ativos e os inativos do Poder Executivo, mais os pensionistas do seu Poder - Já excluí-

mos os custeados pelo Paraná Previdência, pelo Fundo Próprio, etc., no período de janeiro a dezembro de 2003, o Estado tinha um limite de comprometimento de gasto pessoal, de 46,18%. Em janeiro de 2004, que compreende o período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2004, um comprometimento de 47,18%, ou seja, dentro do limite de prudência, não no limite de gasto com o pessoal total, ou seja, acima do limite de alerta, mas dentro do limite prudencial.

Em fevereiro de 2004, o comparativo da Receita Corrente Líquida, com gasto de pessoal, representava o equivalente a 47,18%, ou seja, dentro do limite de prudência, mas não no limite total de gastos com pessoal. Em março de 2004 - aqui existe a receita efetivada, mas pode haver uma variação pequena, insignificante, entre o número final, mas gira em torno de 47,36% de gastos com pessoal. Esses são basicamente os dados, hoje, disponíveis, dos relatórios de gestão fiscal, que são apresentados ao Tribunal de Contas.

No limite de prudência, quais são as vedações do Poder Executivo, que está proibido de fazer? Estabelece o artigo 22, parágrafo único: se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite - limite de prudência, que dá 46,55% - são vedados ao Poder ou órgão referido no artigo - que são o Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público - se houver incorrido no excesso.

São vedados: 1: a concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvos os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X, do artigo 37. Essa é a revisão das perdas salariais, só que esse índice tem que ser linear a todo funcionalismo. Eu não posso considerar índices diferenciados ou isolados para uma ou outra categoria. A derivada de sentença ou determinação legal ou contratual - são aquelas despesas - que chamamos de vegetativa - que vêm crescendo ao longo do tempo, ou seja, em que o Estado não pode deixar de conceder ou não, como por exemplo, adicional por tempo de serviço, etc. Inciso 2: Criação de cargo, emprego ou função. 3: Acho que aí é o caso específico - alteração de estrutura de carreira, que implique aumento de despesa. Posso ter uma alteração de estrutura de carreira, desde que na compensação não haja um aumento efetivo de despesa.

Pelos dados apresentados no projeto de lei e apresentados nos cálculos que foram encaminhados, giram em torno de 22, 23 milhões e 700 mil/mês a mais esse impacto financeiro, ou seja, há um aumento de despesa de pessoal.

4º: Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança.

5º: Contratação de horas-extras salvo no caso disposto no inciso II do parágrafo 6º do artigo 57 da Consti-

tuição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Acho que o que está em foco de hoje, em discussão, é a questão da reestruturação de uma carreira. É um dos casos previstos de vedação dentro do limite prudencial.

O que se pretende com esse limite de prudência? Qual é o objetivo da lei complementar? Foi preservar a atuação da gestão de recursos humanos, pessoal de cada Poder, de fatos imprevistos para que houvesse uma margem de segurança, que pudesse haver uma efetiva gestão por parte de cada Poder ou Órgão para atender algumas despesas emergenciais com sua gestão de pessoal.

Então, por isso, se vedou esses atos, efetivamente. Não estou a falar dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que significa toda a despesa de caráter continuado, ou seja, há mais de dois anos. Esse impacto financeiro tem que ser calculado no exercício em que se der, mais a escala móvel é nos próximos dois anos. Tem que ter uma previsão, um relatório do impacto financeiro com a receita a ser utilizada, as medidas de compensação, enfim, o que está se estabelecendo como requisito para se gerar a despesa, ou seja, uma vez aprovado o plano para sua implementação pelo Poder Executivo, esses relatórios e essas declarações, inclusive com memórias de cálculos sobre os critérios adotados, etc, vão ter que ser adotados sob pena de nulidade do ato. São os artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esse é um projeto *a posteriori* a ser adotado, se possível na prática do ato.

Então, nós temos duas situações: A vedação do artigo 22, Limite Prudencial, e os procedimentos a serem adotados caso efetivamente implantada, no caso a questão que está se discutindo, o Poder Executivo Estadual dentro do seu poder de veto. E vou deixar bem claro que não posso, nem como cidadão, nem como técnico, nem como meu Órgão colegiado, dizer se o veto deve ou não ser derrubado, se o Governador teria ou não o direito de usar o veto. Isso não é competência nossa; é competência do Poder Executivo e do Poder Legislativo. A nós cabe dar os dados que temos disponíveis. E se me perguntarem se o Governador poderia usar o veto, é um dos instrumentos que ele tem de gestão de recursos humanos. Agora os motivos pelo veto devem ser analisados pela Assembléia Legislativa. Até me lembro, particularmente conversando com outro doutrinador, aí que me motivou a estudar. Vamos admitir que o ato fosse nulo à geração de despesas, por falta do atendimento dos requisitos dos artigos 15, 16, 17. No caso de nulidade, acho que até o veto era dispensável. Aqui ele é uma política de gestão de pessoal. Utilizou-se do veto para manifestar a vedação do artigo 22.

A mim cabe esclarecer tecnicamente os valores e esses mecanismos que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece. Como disse, tem outras questões que estão ligadas a limite de pessoal, de inconstitucionalidade, inclusão ou não, que não cabe a mim decidir, e

sim ao Judiciário, ao meu Plenário, no Tribunal de Contas.

Basicamente essa é uma versão, mas acho que detalhada do que é limite e quais são os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, como se operam, como são utilizados pela lei como medidas de retorno, como vedações ou como técnicas de gestão.

Traduzi esses valores em termos de dados disponíveis nos relatórios apresentados na forma de Lei de Responsabilidade Fiscal. Para que V. Exas. tenham uma idéia, considerado o impacto financeiro do Plano, com base em dados em vinte e dois milhões e setecentos mil mês, nós teríamos em março de 2004, o limite total de 48.21%, ou seja, abaixo do limite de 49%, mesmo assim dentro do limite prudencial.

O que nós temos que analisar aqui, se fosse analisar a prestação de contas de qualquer Poder Estadual ou Municipal, é, à época da concessão, qual era o limite sem o impacto - estava dentro do limite prudencial.

Se não estivesse, foi concedido, ultrapassou os 49% ou não. É uma análise de controle seguinte à implantação. Se ultrapassou o limite, o Poder tem dois quadrimestres, oito meses para retornar aos limites normais.

Em fevereiro de 2004, este impacto já era de 47,75%. Em janeiro, de 47,45%, ou seja, em qualquer projeção, qualquer cálculo que se fez com base na receita arrecadada e na despesa efetivada, todos estão, com impacto ou sem impacto, dentro do limite prudencial, mas abaixo do limite total de pessoal.

Basicamente, este é um programa rápido. Eu não entrei em valores numéricos da Receita Corrente Líquida, se é 4, 8, 9 milhões. Acho que o que importa é os senhores terem os percentuais, já que trabalhamos na Lei de Responsabilidade Fiscal em termos percentuais. Por exemplo, o que eu deveria fazer, porque eu peguei o cálculo de fevereiro, março e abril? Se não me falha a memória, o artigo 47, que foi vetado, dava efeitos financeiros a partir de fevereiro de 2004.

Tenho que pagar, mês a mês, fevereiro, março e abril, para ver, exatamente, aonde estava o limite de prudência. Vamos admitir que em março não estivesse dentro do limite prudencial, aí poderia ser aplicado o efeito financeiro a partir de março. Nós tivemos que fazer, a equipe de controle, fez, a meu pedido, um cálculo, mês a mês, de janeiro, fevereiro e março. Não fizemos abril, porque efetivamente não temos nenhum dado disponível para que possa estar com uma proximidade a este tipo de segurança no cálculo.

O que também eu posso adiantar um pouco, embora não seja economista, é que uma das coisas que temos visto pela imprensa são os cálculos apresentados pelo DIEESE, que trabalham no limite de 49%; não trabalham com limite prudencial.

E outro cálculo, são a receita orçada para o exercício de 2004 e a Despesa esforçada estimada, para 2004. Eu não trabalho com estes números. Eu trabalho, como

disse no começo, com a Receita e a despesa efetiva, como manda o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para calcular despesa de pessoal, que fala em regime de competência, ou seja, é o gasto efetivo, e não como determina o cálculo da Receita Corrente Líquida.

Basicamente, Sr. Presidente, eram estas as explicações rápidas sobre a lei. Estou à disposição para qualquer esclarecimento que seja possível apresentar.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Muito obrigado.

Nós agradecemos a explanação inicial do nobre Conselheiro. Antes de passar a palavra aos Deputados inscritos, gostaria de registrar a presença, entre outras pessoas que acompanham a nossa Sessão de hoje, dos produtores de cachaça da região Sudoeste do Paraná, Gerônimo Gregozeski, Celso Relon, Onésio da Silva, que é do SEBRAE de Francisco Beltrão; nós agradecemos imensamente a presença de vocês, aqui. Também agradecemos os produtores de cachaça da região Oeste do Paraná: Reginaldo Martins, Waldemar Melato, Lourival Gabriel, Pedro Robine Edson Lima Braga, que é do SEBRAE de Cascavel.

Agradecemos a presença dos ilustres visitantes. Sintam-se em casa.

Antes de passarmos a palavra aos nobres Deputados, passo a presidência ao nosso ilustre Presidente, Hermas Brandão.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Inicialmente, nossos cumprimentos ao Conselheiro Fernando, que de pronto atendeu ao convite desta Casa, para trazer algum esclarecimento aos nobres Parlamentares.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Dr. Fernando, agradecemos sua presença.

Acredito que neste momento a Assembléia e o Tribunal de Contas estão exercendo seu verdadeiro papel, e sua presença aqui deve contribuir, em muito, para uma questão que está gerando preocupação a esta Casa. O senhor sabe que o Governo do Paraná encaminhou a esta Casa projeto de lei do Plano de Cargos e Salários dos Professores, e, depois de encaminhado pelo próprio Governo, que já deveria ter feito os cálculos, depois de encaminhado e aprovado nesta Casa, voltando ao Governo, o mesmo vetou um item, aonde não poderia conceder este aumento nesse mês de fevereiro, que era o compromisso que tinha com a categoria.

Gostaria de saber do senhor, porque daqui a poucos dias estaremos votando o veto, e pelo que estou sentindo aqui, salvo se estou enganado, gostaria que me corrigisse, - se derrubarmos o veto aqui o Governo não poderá implantar o Plano de Cargos e Salários mesmo no mês de maio, pelos cálculos que temos feito.

Gostaria que o senhor nos desse um balizamento para que votássemos aqui o veto, não apenas em cima da questão salarial, mas também votarmos em cima da questão legal, porque somos legisladores, não apenas políticos.

Era essa a minha pergunta.

**O SR. FERNANDO GUIMARÃES**

Como disse no início, não vou dizer se o veto deve ou não ser derrubado. Tenho elementos técnicos que já possibilitaram a avaliação se está dentro do limite da prudência. Qual o objetivo da LRF? Poder Executivo, são atos vedados. Ela não estabelece nenhuma sanção institucional ao poder dando esse aumento, mas os responsáveis pela gestão poderão estar sujeitos à Lei 8429, porque são atos não autorizados em lei. A vedação é clara, não pode ser dado. O que se pretende com isso? Que se faça uma gestão de pessoal para que se possa comportar a implantação dessa estrutura ou outro cargo qualquer. Como é que o Estado vai gestionar a partir do vigor da lei? Não tem o que gestionar. No passado os limites já estavam aplicados. Já estava verificada a despesa realizada e a receita arrecadada, ou seja, está, sim, dentro da vedação. O uso do veto pelo Governador representa essa aplicação desse poder que ele tem, de não aplicar naquele momento a lei, por violação do limite prudencial.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Se por uma eventualidade nós obtivermos, no próximo quadrimestre, a mesma receita do quadrimestre anterior, não poderá ser implantado. É óbvio. O que precisamos é fazer um estudo do próximo quadrimestre. Se houver aumento de receita, aí sim, poderá ser implantado.

**O SR. FERNANDO GUIMARÃES**

Sim. Uma vez aprovado o plano, existe as medidas dos artigos 15, 16 e 17, que é a estimativa da Receita, do impacto no exercício corrente dos dois exercícios. Para implantação, tem que ser feita essa avaliação mensal, nem só do quadrimestre, para verificar o limite de prudência.

O que refiro é que o retroativo já não pode mais, porque não existe a gestão do pessoal do retroativo. A Despesa já foi realizada a receita arrecadada. Agora, como vai ser gerida essa Receita no próximo mês, isso é tarefa no Executivo. Essa estimativa de impacto vai ter que existir.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Agradeço, dou-me por satisfeito.  
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra, o Deputado Tadeu Veneri.

**O SR. TADEU VENERI**

O impasse principal aqui é por conta do veto, em função de todos os argumentos que o senhor colocou para nós, da retroatividade que representaria o artigo 47.

Gostaria de saber se o Tribunal de Contas tem já a arrecadação efetiva dos meses, como o senhor falou abril não é possível, se ela está correspondendo àquilo era o previsto.

Temos, não sei se corresponde aos mesmos dados do Tribunal de Contas, dados que mostram que a arrecadação estaria acima daquilo que era previsível.

Até porque nós trabalhamos numa perspectiva que o plano traga um impacto, como o senhor colocou, em torno de 23 milhões. Na verdade, há uma leitura de que esse plano impactaria em 16 a 17 milhões, porque a diferença desses para os 23 são justamente os celetistas que já estão previstos.

Então, gostaria que o senhor esclarecesse, porque se nós trabalhamos na perspectiva de 23, é uma leitura. Se trabalhamos na perspectiva que nós temos de 16 a 17 milhões, já alocados anteriormente por conta de todo esse processo, que estariam no contexto todo, é outra realidade.

E além disso, obviamente, a depender da própria arrecadação se ela for acima do que se prevê, se é possível a qualquer tempo se fazer uma revisão inclusive desses valores que ficaram para trás.

Obrigado.

#### O SR. FERNANDO GUIMARÃES

Esses dados que apresentei a V. Exa. para o limite prudencial em termos percentuais, são Receitas e Despesas efetivadas. Não é estimativa. Não trabalho com a variação da Receita nesses dados; ela já foi arrecadada nos meses de janeiro, fevereiro e março. Março tem números fechados, mas depende ainda do fechamento do relatório fiscal. Então a diferença é muito pequena de variação. Agora, por exemplo, para abril e maio não vou trabalhar com esse número porque a Receita é projetada, é orçada.

Então, esses dados que falei para o limite de prudência, e aí para mim não vem muito ao caso isso, para conferir o limite de prudência, qual é o impacto? Se vai ser doze, vinte e dois, vinte sete, vinte e nove milhões. Estou chutando alguns números aleatórios, evidente, porque eu quero ver primeiro o limite de prudência, pode ou não fazer. Está vedado ou não. Está previsto dentro do limite prudencial? Então, não vou trabalhar com estimativa.

Na minha avaliação, não posso pegar o limite como base de futurologia.

No relatório de impacto do exercício dos próximos dois exercícios, aí sim. Então, eu verifiquei. Limite de prudência é vedado? É. Vou aplicar ou não vou? Tomei a decisão com veto ou sem veto? Vou aplicar? Então, tenho que fazer o relatório de impacto financeiro para os próximos dois exercícios. Se eu não fizer, aí é nulo.

Vamos admitir que daqui a dois meses, o mês seguinte, em maio é possível a implantação do plano. O limite de prudência baixou, a receita subiu, o gasto de pessoal, houveram contenções, enfim. Alguma coisa aconteceu que comportou limite. Foi implantado o plano. Dois meses depois, cai a Receita. Aí, ultrapasso o limite de 49%. O estado vai ter o quê? Dois quadrimestre para retorno! Estou trabalhando com dados já efetivados, não estimados.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próximo inscrito, Deputado Fernando Ribas Carli.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Doutor Fernando Guimarães.

Para nós é uma satisfação muito grande tê-lo nesta Casa, trazendo esclarecimentos que nos irão nortear a votação do veto que está para ser apreciado, primeiro na Comissão de Constituição e Justiça e depois por este Plenário.

Prestei atenção nas suas explanações, Dr. Fernando e tenho três perguntas para fazer-lhe.

Primeiro, sabemos que de nada adianta trabalharmos em cima da Receita orçada. Na verdade, temos que trabalhar com a Receita realizada e também com a Despesa realizada.

A primeira pergunta: O limite prudencial é 46%?

#### O SR. FERNANDO GUIMARÃES

46,55%.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

E o limite máximo 49%. A pergunta é:

O Governo pode trabalhar no limite, não no prudencial, mas no limite máximo? No decorrer do ano, ao fechar de janeiro à dezembro, quando o senhor tiver a Receita realizada nos doze meses do ano e a Despesa realizada e nós chegarmos com um gasto de pessoal de 49% o Governo pode trabalhar nisso? No fechamento anual, não vamos pensar em quadrimestre e nem em mês, mas no ano, nos doze meses.

Essa era a primeira pergunta. A seguinte é que nas suas explanações o senhor faz a colocação que a Receita e Despesa de fevereiro de 2003 a março de 2004 o senhor encontra um limite prudencial de 47% e alguma coisa.

A minha pergunta é: se for implantado o Plano de Cargos e Salários, que foi enviado pelo Executivo e aprovado por esta Casa, com o impacto de vinte e dois milhões de reais - que é o número que o senhor se referiu, qual o percentual que este vinte e dois milhões vai implicar? Ou seja, se estamos com 47 de prudencial e implantarmos o Plano de Cargos e, por conseguinte vamos ter um gasto a mais de vinte e dois milhões, em quanto isso impactaria percentualmente?

E a terceira pergunta é saber qual é a sanção que o Governador ou o Executivo recebe, se ultrapassar, não o prudencial, mas se ultrapassar o limite de 49% tendo em

vista que em outras áreas, por exemplo, já não houve o cumprimento em quadrimestre, como é a área da Educação que nós temos nos relatórios que nos foram entregues.

São essas as perguntas, Doutor Fernando!

#### O SR. FERNANDO GUIMARÃES

Vou responder primeiro a mais rápida e mais fácil, que é a segunda.

O cálculo da receita corrente líquida de março de 2004 a abril de 2003 - não é fevereiro de 2003, porque é o mês de referência e os onze meses anteriores - é 47,36%. Considerando o impacto de vinte e dois milhões e setecentos mil, o percentual subiria para 48,21%, abaixo dos 49%.

Com relação à primeira questão, não posso trabalhar no cálculo da Receita Corrente Líquida só com o anual, mas tenho que trabalhar com o quadrimestral. Eu não posso considerar só o período a ser fechado em dezembro de 2004, porque determina a lei que faço acompanhamento, no mínimo, quadrimestral.

Então, tenho dois tipos de controle: O quadrimestral, que são os relatórios de gestões fiscais, e tenho o mensal: quando quero adotar alguma política de pessoal, naquele momento eu tenho que fazer a estimativa daquele mês do regime de competência com os anteriores.

Mas, para não fugir da pergunta, ele pode, sim, trabalhar até o regime de 49%. O que ele não pode é praticar alguns atos que a lei estabeleceu que podem colocar em situações de risco a gestão financeira. Essa é uma questão que deve ser bem clara: são limites de prudência, de política de gestão, ou seja, esses atos específicos são vedados pela Lei Complementar, e no entanto, na constitucionalidade dela, se a Lei Complementar poderia obrigar isso ao Estado ou Município, a lei estabelece e nós estamos cumprindo essas determinações. Basicamente é para evitar que se chegue aos 49%. Então, está supondo que pode trabalhar em 49% em outras situações que não as previstas no parágrafo único do artigo 22. Ou seja, contratação na área de Saúde, Educação, Segurança e algumas situações inusitadas e imprevistas.

Com relação à terceira pergunta, das sanções, vou falar em tese, porque sanção quem aplica é o Tribunal de Contas em seu plenário, e o Ministério Público também, na prestação de contas, específica.

Constatado ultrapassado o limite de 49% num primeiro momento não existe sanção, nem ao ordenador da despesa e nem ao ente, porque teriam dois quadrimestres, oito meses para retornar aos limites. Tem uma proporção que estabelece a lei, no mínimo um terço, no primeiro quadrimestre, etc.

Se não retornado ao limite, aí sim, o Chefe do Poder Executivo, estará sujeito à multa de 30% do valor, do vencimento anual, não é até 30%. Estará sujeito à Lei de Improbidade 8429, está sujeito a Crime de Responsabilidade e o Poder terá suas contas desaprovadas dentro do Tribunal de Contas.

O parecer prévio, no caso do Poder Executivo, seria pela recomendação de desaprovação, se adotado também. Estou falando em tese o que o Fernando, Conselheiro, defenderia em qualquer julgamento, para Município, para Estado e, também defenderia no caso de limite de prudência a recomendação de desaprovação das contas.

Essas seriam em tese as sanções cabíveis ao ente. Se não retornar em oito meses, o que acontece? Não pode receber certidões do Tribunal e nem receber garantias! Basicamente seriam esses, em tese, Sr. Deputado, as sanções e as respostas aos questionamentos.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Jocelito Canto, pela ordem.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Conselheiro Fernando Guimarães.

Sempre coloquei, desde que o Governo implantou esse Plano de Cargos e Salários dos Professores, que o Governo poderia cumprir imediatamente, se quisesse, o Plano de Cargos e Salários; que bastava ele diminuir as despesas, que teoricamente podia dar aquele aumento que ele tanto prometeu aos professores.

Gostaria de perguntar ao senhor se o Estado diminuir as despesas, ou já poderia ter diminuído, já que faz três ou quatro meses, que anunciou esse Plano de Cargos e Salários, se o Estado realmente baixasse, como tinha a intenção de dar o aumento aos professores, se ele tivesse diminuído as despesas, em todos os setores do Governo, ele teria condições de cumprir a Lei de Responsabilidade? Ou seja, se diminuir daqui para frente as despesas, ele pode implantar desde já o Plano de Cargos e Salários? O senhor concordaria com essa posição que se ele diminuir as despesas, ele automaticamente poderia já ter implantado esse cargo?

#### O SR. FERNANDO GUIMARÃES

Não só diminuir as despesas, mas também se ele aumentar a receita, ele pode implantar para frente. O já realizado, daí não tem como voltar. Se eu fizesse a apuração anual do limite, poderia desconsiderar o período passado, mas não é anual. É o mês e os anos anteriores.

Então, daqui para frente aumentando ou diminuindo a despesa, é possível, sim, a implantação do impacto, desde que atendido evidentemente o relatório de estimativa dos artigos 15, 16 e 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputada Luciana Rafagnin com a palavra.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Conselheiro, gostaria, se o senhor tivesse essa informação: de quanto foi a corrente líquida dos últimos

doze meses, de março de 2003 a março de 2004? Qual foi o gasto com o pessoal?

O SR. FERNANDO GUIMARÃES

Março de 2004, considerando abril de 2003 a março de 2004. A Receita Corrente Líquida foi de R\$ 8.370.898,00. A despesa com pessoal foi de R\$ 3.964.472,00.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Reni Pereira com a palavra.

O SR. RENI PEREIRA

Só para o senhor frisar esses números: qual foi o período que o senhor se referiu?

O SR. FERNANDO GUIMARÃES

Foi de abril de 2003 a março de 2004. Nesse percentual pode haver uma pequena variação, porque março é praticamente fechado. A receita pode sofrer uma variação pequena.

O SR. RENI PEREIRA

Nós temos notícia e temos os dados da Secretaria da Fazenda que a arrecadação do ICMS tem subido. O senhor afirmava numa resposta anterior, ao Deputado Jocelito, que havendo esse incremento na arrecadação, de repente seria possível talvez um aumento.

Haja vista esse acréscimo mensal que vem havendo com o ICMS, no bolo total da receita tributária, está ocorrendo alguma falha no repasse da União ou algo que poderia se criar como um óbice a este aumento? Porque, como V. Exa. frisou, se não se compreender esse limite, daqui a pouco vão ser cancelados alguns repasses e aí vai ficar ainda pior, nem em julho se paga. Então, gostaria de saber se esse acréscimo por si só do ICMS não possibilitaria ou está havendo um decréscimo de repasse por parte da União também?

O SR. FERNANDO GUIMARÃES

Na realidade, não tenho uma análise quantitativa, ou seja, qualitativa dos gastos por fonte, o que compõe a receita, mas posso afirmar-lhe que a receita está tendo uma variação, e se ela tiver uma variação a maior com gasto e despesa e puder ser implementado o plano, não vai chegar a ultrapassar os 49%. Então não estaria sujeito o Estado àquela sanção de proibições de transferências voluntárias, etc. É pela receita arrecadada, ou seja, se hoje nesse panorama, com o impacto, ela não ultrapassa os 49%, evidente que se aumentando a receita, não vai chegar a impactar ao ponto de ultrapassar a despesa de pessoal.

O SR. RENI PEREIRA

Mas também, mensalmente, a própria folha, compreendendo os quinquênios e gratificação de produtiv-

idade e outros tantos acréscimos, ela também tem um acréscimo de três a quatro por cento. Então, se formos acompanhar esse acréscimo natural da folha, mesmo com o aumento da arrecadação, daqui a pouco ficará comprometido novamente o aumento.

O SR. FERNANDO GUIMARÃES

Sem exercer a futurologia, porque não tenho esses dados, não sou economista para orçar lá na frente, mas tem um indicativo que o limite tem subido mês a mês, o limite de gasto com pessoal.

O SR. RENI PEREIRA

E continuará subindo, porque é uma média.

O SR. FERNANDO GUIMARÃES

É, isto eu estou falando dos dados já realizados. Agora, para a frente, como não tenho esses dados, não sou economista nem administrador financeiro, não posso informá-lo.

O SR. RENI PEREIRA

Não, faço-lhe esta pergunta até para esclarecer, porque da mesma maneira que houve um equívoco, não podemos cometer o equívoco novamente e iludir a classe do Magistério que virá o aumento, e em junho chegarmos com outra protelação.

Então, só gostaria de frisar isto.

Obrigado pelas respostas.

O SR. FERNANDO GUIMARÃES

Se me permite, apenas uma idéia - idéia podemos ter bastante, mas prometi que iria somente responder mas eu não agüento, às vezes tenho que dar algumas idéias. Só não me venham, Srs. Deputados, com a pergunta: se V. Exa. fosse Governador, o que faria? Porque vou dizer que não sou Governador, mas se eu fosse consultado, uma das medidas para poder adequar limites de pessoal, seria tentar uma ADIN, para tentar excluir do limite de pessoal o pensionista. É a única forma de, a curto prazo, ter uma redução drástica em gastos com o pessoal. Indépende de gestão de recursos humanos. São medidas judiciais que podem ser adotadas.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Conselheiro Fernando Guimarães, primeiro agradecer a presença de V. Exa. É importante quando o Tribunal, como órgão que tem por competência avaliar, acompanhar as contas do Poder Público, vem a esta Casa para ajudar a esclarecer questões pontuais que consideramos importantes.

V. Exa. deu os números dos meses de competência encerrado em fevereiro como 47.18%, março como 47.36 sem incluir o que seria possível aumento que elevaria para 48.21, portanto dentro dos 49%, com tranquilidade. Entretanto, V. Exa. também citou o artigo 22, da Lei 101, que diz: "são vedados ao Poder Executivo ou órgão refer-

ido no artigo 20 que houver incorrido no excesso” Esse excesso que a lei fala e citado por V. Exa., são os 95% dos 49%. Então, daria 46.55. Correto. Se em março já estávamos com 47.36, por este artigo o Poder Executivo estaria vedado de conceder o aumento?

O SR. FERNANDO GUIMARÃES  
Perfeito.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA  
Este é o entendimento?

O SR. FERNANDO GUIMARÃES  
É o meu entendimento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA  
E é o entendimento do Tribunal?

O SR. FERNANDO GUIMARÃES  
Não, o Tribunal só se manifesta pelo Plenário. Esse é o entendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, está dentro do limite prudencial.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA  
Está dentro do limite prudencial os 47.  
Agora, se formos implementar o Plano, ele esbarra no artigo 22?

O SR. FERNANDO GUIMARÃES  
Está dentro do limite de prudência. A lei considera como ato vedado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA  
Exato. Então, dentro da lei, o Executivo não poderia conceder esse ato.

O SR. FERNANDO GUIMARÃES  
Sem dúvida nenhuma.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA  
Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Com a palavra o Sr. Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN  
Gostaria de saudar o Dr. Fernando, e perguntar o seguinte: nesta sua avaliação numérica estão incluídas as despesas com os terceirizados ou V. Exa. não está incluindo essas despesas?

O SR. FERNANDO GUIMARÃES  
É oportuna a pergunta, Deputado, porque na verdade estão incluídos os gastos com terceirização substitutiva de servidor.  
Agora, se todos os gastos possíveis de serem incluídos como terceirização estão, isso não posso afirmar,

porque isso é em função de algumas impugnações de despesas que podem estar tramitando, que descaracteriza aquela terceirização pura como gasto substitutivo de servidor. Mas, pelos dados contratuais, o que é substitutivo, estão sendo considerados gastos com despesas de pessoal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tendo mais Deputados inscritos para questionar o eminente Conselheiro Fernando, deixo a palavra com o Conselheiro Fernando por três minutos, para fazer o encerramento.

O SR. FERNANDO GUIMARÃES  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente tenho a agradecer a oportunidade que me foi concedida de, como Conselheiro, como cidadão e como técnico, poder trazer um pouco da minha experiência no Tribunal sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que aí, sim, no jogo democrático, cada Poder utiliza das suas prerrogativas e das suas faculdades para atingir um bem comum.

Gostaria de finalmente deixar claro que esse projeto de lei, essa lei aprovada, daqui para frente tem outros procedimentos a serem adotados. Referi-me ao limite prudencial para trás, fevereiro e março. Apenas como curiosidade, se o período retroativo fosse dezembro de 2003, poderia ser concedido o aumento. Agora, como curiosidade, em dezembro o limite gasto era de 46%. Então ali poderia ser implantado o limite, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos a presença do Conselheiro Fernando Guimarães, e esperamos ter iniciado hoje um novo processo nesta Casa.

Quando precisarmos das informações do Tribunal de Contas, vamos sempre solicitar ao Presidente daquela Casa que determine que um Conselheiro aceite o convite desta Casa, para que possa fazer os esclarecimentos técnicos aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Conforme requerimento aprovado anteriormente, o Grande Expediente de hoje será utilizado pelo Embaixador Milos Alcalay da República Venezuelana, por proposição do Deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR (**Para Encaminhar**)

Convidamos o Sr. Milos Alcalay para falar da importância da Venezuela no MERCOSUL e também na questão hoje das negociações que há entre o Brasil e a Venezuela, e também da atual situação política que hoje há.

(Lê):

“Milos Alcalay nasceu no dia 8 de novembro de 1945. Formado em advocacia pela Universidade Católica Andrés Bello de Caracas em 1970, completou seus estu-

dos no Instituto Internacional de Administração Pública de Paris (IIAP).

Iniciou sua carreira diplomática em 1970 como 3º Secretário na Embaixada da Venezuela em Paris (1970-1971); em 1972 foi nomeado Chefe do Gabinete do Ministro de Relações Exteriores.

Em 1978 voltou a Paris como Conselheiro da Embaixada da Venezuela e um ano depois foi nomeado Ministro Conselheiro na Missão Permanente da Venezuela ante a Comunidade Econômica Européia, cargos que ocuparia até 1983.

Em 1990, ficou encarregado da Embaixada na Romênia, em 1992, de Israel, e em 1997, do Brasil, onde esteve até ser nomeado embaixador perante as Nações Unidas.

Entre estas missões diplomáticas, foi Vice-Ministro de Relaciones Exteriores entre 1995 e 1996, com o governo de Rafael Caldera.

Além destes cargos, tem sido representante permanente do Parlamento Latino-Americano e do Parlamento Andino perante o Parlamento Europeu e perante a Assembléia Parlamentária do Conselho da Europa.

Também exerceu o cargo de Coordenador de Relações Inter-Parlamentares do Congresso da Venezuela (1983-1985), de Secretário-Geral do Parlamento Andino (1984-1985) e de Secretário Permanente do Parlamento Andino (Bogotá, 1985-1989).

Durante sua carreira profissional tem recebido diversas condecorações, entre outras a Ordem de São Carlos, a Ordem Vladimir Tudorescu, da Romênia, a Ordem Heráldica de Cristóbal Colón, da República Dominicana, a Grande Cruz ao Mérito, da Alemanha, e a Ordem do Libertador Simón Bolívar.

Possui familiares residentes em Curitiba.”

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o nosso ilustre visitante, Embaixador da República da Venezuela, Milos Alcalay.

#### O SR. MILOS ALCALAY

Sr. Presidente Deputado Hermas Brandão; Sr. Vice-Presidente; Sr. 1º Secretário e Sr. 2º Secretário; Srs. Deputados.

Muito obrigado por poder estar aqui, nesta Plenária, para transmitir numa ação de diplomacia federativa, a ação e a manifestação do povo venezuelano de um grande abraço a esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na criação de vínculos, de laços entre nossos povos e entre nossas regiões.

Quero agradecer de maneira especial às palavras tão generosas e o convite organizado e orientado pelo Deputado Ratinho Júnior, sobre as relações diplomáticas dos nossos países. Mesmo que hoje, a minha visita, não é a diplomacia ortodoxa, mas é parte de uma diplomacia heterodoxa. Efetivamente, a Venezuela, hoje, depois de ter sido um país com braços abertos aos irmãos de todo o Continente, termos recebido, na época, quando a militari-

zação do Continente, quando as dificuldades das Assembléias Legislativas Estaduais da nossa América do Sul tinham grandes dificuldades e foram até a Venezuela para reiterar a fé, a esperança na democracia, a esperança da liberdade e a procura de um novo desenho arquitetônico, de uma América Latina integrada.

Hoje, precisamente por causa da ruptura de três princípios fundamentais, depois quero agradecer a leitura de 34 anos de atividade diplomática, no mês passado me vi obrigado a renunciar a minha carreira diplomática.

Não foi fácil, pois sendo Embaixador das Nações Unidas, já tinham feito a sabatina e aprovado na Assembléia Legislativa da Venezuela, para iniciar as funções como Embaixador em Londres, para iniciar na Europa uma nova atividade diplomática.

Mas acho que essa função de um diplomata, de um funcionário público quando choca com princípios e as dificuldades, com os princípios da democracia, foi, para mim, muito difícil tomar a decisão de renunciar. A minha renúncia não é a primeira que se faz, nem a Venezuela e nem em outros países da América Latina.

No meu caso, a renúncia teve uma repercussão muito grande, porque ocorreu depois de uma série de fatores, onde, aliás, o Presidente Lula esteve presente numa Assembléia em Caracas, onde a repressão mais brutal tem se levantado contra uma sociedade civil organizada. O que queria era trazer, para o Presidente Lula, é uma mensagem e um protesto pela situação.

A militarização do poder e a ação de uma Guarda Nacional que me fez lembrar as piores épocas de uma América Latina com uma repressão, violação de direitos humanos que pensávamos superada, encontrei ante os meus olhos.

No segundo dia, 28 de fevereiro, encontramos com o Conselho Nacional Eleitoral manipulado por uma ação, na qual um preceito constitucional tinha sido diferido, fazia uma piada das exigências constitucionais, de convocar um referendo revocatório, no qual era evitar a bipolarização de um país, bipolarização na qual em outros países da nossa América Latina, no passado tínhamos vivido.

A terceira é uma diplomacia da confrontação, uma dialética da confrontação, que faz que os países dos hemisférios cada vez mais, a voz de uma disputa, de uma confrontação orientada com distanciamento daquilo, que eu tinha, durante 34 anos, orientado. Esses três aspectos faziam-me lembrar de uma intervenção de um dos brasileiros, que admiramos muito na Venezuela, que foi um dos grandes líderes, André Franco Montoro. Em um momento difícil no Brasil, ele fez um livro que se chamava “Da Democracia que temos, para a Democracia que queremos”.

Eram momentos difíceis, nos quais os democratas do Brasil procuravam espaços, e na Venezuela, coincidências, porque o panorama político da nossa realidade é muito parecido com aquele que estamos vendo aqui. A nossa visão é de transformação social. A nossa visão é

uma ação para complementar as forças, de todas as tendências no pluralismo, para dar melhor qualidade de vida, para lutar contra a pobreza, para orientar uma ação para dar melhor possibilidade de habilitação, de segurança, de saúde e de dar, sobretudo, aos mais pobres, a possibilidade de uma vida digna. Mas não é a criação de uma ação que estabeleça uma ditadura difícil de solucionar.

Nessa ação eu lembrava que teríamos que dizer, hoje, da democracia que tínhamos para uma democracia com “d” minúsculo que estamos tendo, porque direitos humanos, ausência de democracia e uma ação, na qual não se permite estabelecer um diálogo construtivo, certamente, é orientar uma ação na qual nos 34 anos de democracia não tínhamos vivido.

Eu, nesse mês e meio depois da minha renúncia, tenho sido convidado por várias universidades, jornais, venezuelanos que estão no exterior, para testemunhar e para dar resposta, um pouco para essa vivência. O caso não é só da Venezuela. Acho que a Venezuela é a ponta de um “iceberg”, na nossa América Latina. Se não tivermos cuidado para fortalecer uma nova realidade, orientada na melhor qualidade de vida, pode nos acontecer algo similar ao que aconteceu na Europa do Oeste - o colapso de um sistema, por razões diferentes, de uma visão diferente. O fato é que não se pode dar um cumprimento social, acabando com as liberdades.

A arte da diplomação é igual a arte da democracia. Não se pode ter democracia, sem uma visão de criação de fatos, de coincidências. Não se pode representar diplomaticamente, como nesse caso, quando o nobre ministro falou que os embaixadores terão que representar a democracia do Partido de Governo ou renunciar. Foi o que fiz.

Durante todo esse tempo, é lógico que os embaixadores diplomatas representam a diplomacia do Governo. Representei cinco anos, com muita fidelidade e diplomacia do atual Presidente. Mas também representamos a diplomacia de um Estado. Quando essa diplomacia federativa composta em um corpo como este, Sr. Presidente, quando se estabelece uma diplomacia para o exterior, para contatos comerciais, não só os Deputados Estaduais do Partido de Governo ou da maioria, são todos os Deputados estaduais que estiveram nessa missão.

A mesma coisa acontece no contexto federal, não é somente o Parlamentar do Partido do Governo, que certamente tem a representação. Uma diplomacia de Estado converge com todos os setores. Quando você vai estabelecer relações comerciais, você não pergunta ao empresário porque voltou, você simplesmente procura fazer uma diplomacia de um negócio, no qual todas essas vantagens da produção, país rico como o nosso tem que ter a possibilidade de orientar uma estratégia comercial, com todos os setores incluídos. A mesma questão sindical, não somente os representantes dos sindicatos que estiverem com o governo, também em uma democracia têm que estar representando todos os setores: a Igreja, eu

acompanhei o Presidente na CNBB no momento tinha uma grande relação.

Hoje em dia a ruptura também é com igreja. Como a Igreja tem uma posição através da doutrina social orientada essa visão para a justiça social. Agora já o Cardeal está influenciado pelo Diabo ou anti-Cristo. Não pode ser uma questão dessa dialética da confrontação com países da América Latina. Certamente com o Brasil, felizmente, o nosso relacionamento é extraordinário pelas relações também de vínculos com o presidente Lula.

Agora vem o Brasil que tem essa responsabilidade de hoje de ser o presidente do grupo de amigos da Venezuela. E ao ser um grupo de amigos da Venezuela, o Brasil hoje é o Presidente da América Latina toda. Não é segredo quando digo que para nós todos os venezuelanos o fato de na reforma das Nações Unidas o Brasil possa representar-nos a todos com assento permanente no Conselho de Segurança, porque o Brasil tem que dar uma contribuição. Quando falo o Brasil, não só o Governo, mas todos os componentes da sociedade brasileira são admirados pela sua vocação de vanguarda, de ação de representação para o Continente todo.

Então acho que nessa encruzilhada que a Venezuela tem visão, que não só a Venezuela, mas se fracassar um modelo integrado na Venezuela, poderia se orientar pela frustração de muitos países na nossa América Latina. Quando vemos a situação na Bolívia, no Equador, na América Central, em vários países, na qual a perda da legitimidade está sendo substituída por uma aparente legalidade, porque você pode ter uma legalidade, mas se você não tem mentalidade democrática e pluralista é como se você estivesse orientado por expectativas dentro da visão da ditadura.

Lamento trazer hoje, mas vem uma nota de preocupação da comunidade do Estado, de Curitiba, porque eu gostaria de melhor que eu fiz durante toda a vida, identificar os fatos positivos de um relacionamento. Acho que é um momento importante para a nossa América Latina toda. No momento em que a integração está cada vez mais determinada para um projeto de sociedade na qual é comum. Quando na cimera do Milênio nas Nações Unidas de Nova Iorque se reuniram 150 chefes de Estado de Governo, o projeto de sociedade foi aprovado, o grande problema é o não cumprimento propriamente dessas ações já adotadas. Quais são os rumos dessa ação mundial? É a luta contra a pobreza, é a introdução da mulher numa ação participativa, é a procura das defesas das minorias, é ação numa integração cada vez mais orientada para cooperação! E é isso que nós precisamos na América Latina!

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é para mim uma oportunidade muito especial para reafirmar a fé na democracia, a fé na solidariedade entre todos os setores a nível federal, estadual, a nível dos setores públicos e privados, a nível das empresas, a nível da Igreja, a nível dos sindicatos, a nível de todos os países, porque estamos orientados, para que uma parte Latinoamericana, numa

comunidade de nações que temos que fazer grandes esforços para nos orientar nessa base solidária e unida. Não pode coexistir mais, não podemos regressar etapas superadas, uma militarização do Continente, numa teoria geopolítica a nível sulamericano. Pela Democracia, pelo Pluralismo e pela liberdade. Sem isso, acho que nós cada vez orientando espaços para um bloqueio da nossa situação, não podemos construir essa nova ordem latinoamericano e mundial, orientado na justiça social e no progresso.

Essas são, Sr. Presidente, algumas reflexões. Logicamente estou à disposição do Sr. Presidente, dos membros, Câmara, Assembléia Legislativa para qualquer precisão ou qualquer comentário que vocês estimem condizente, mas quero agradecer muito ao Sr. Presidente e aos membros da Diretoria, pela oportunidade de transmitir a voz, a voz dessa Venezuela solidária com o Brasil, voz de uma Venezuela solidária com Curitiba, a voz de uma Venezuela irmã, esse vizinho do Norte que procura, cada vez mais, fortalecer seus vínculos com o povo brasileiro em geral e com povo do Paraná, de maneira particular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Casa democrática, agradece a presença de V. Exa.

Nossa Casa tem dado demonstração ao povo do Paraná, de dar oportunidade às pessoas indicadas pelos Parlamentares que venham aqui expressar suas opiniões sobre os mais diferentes temas. Esta é a função, realmente, do Parlamento.

Nossos agradecimentos pela vinda de V. Exa.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

#### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 senhores Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 012/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a estadualização da Estrada Municipal do trecho do Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 601, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, comunicando que se ausentará do País no período de 01 a 09 de maio próximo para participar do programa de troca de experiência com o Legislativo Estadual Americano, em Washington, D.C., a convite da Secretaria de Estado do Governo Norte Americano, juntamente com outros Deputados estaduais brasileiros, membros da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 605, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 22/04/2004 (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar e agradecer a presença dos Vereadores Osdival e Arildo, da nossa Cidade de Guarapuava, que nos enaltecem com suas presenças.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### **ITEM 01**

##### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais, conforme condições que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 284/2003**

**P A R E C E R :**

##### **Relatório**

O Projeto de Lei nº 284/2003 em análise, autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais, conforme condições que especifica.

##### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o substitutivo geral apresentado em plenário vem de encontro às necessidades, dando a redação final de que necessitava o presente projeto de lei.

##### **Conclusão**

Esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao Substitutivo Geral apresentado ao Projeto de Lei nº 284/2003, objeto desta análise.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoioamento:

Chico Noroeste, Nelson Tureck, José Maria Ferreira, Elton Carlos Welter, Nelson Justus, Jocelito Canto, Tadeu Veneri, Barbosa Neto, Dr. Luciano Ducci, Marcos Isfer e Antônio Anibelli.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 603, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando preferência de discussão ao Substitutivo Geral de Plenário. **Aprovado.**

Em votação ao Substitutivo Geral de Plenário.

**Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. RENATO GAÚCHO (Pela Ordem)**

Em relação a este projeto do Deputado Durval Amaral, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa, mas gostaria também de dizer que ele se assemelha muito a um outro de minha autoria, que se tornou lei no dia 26 de dezembro de 2001, que é praticamente a mesma coisa.

Então, eu gostaria de saber qual o procedimento convencional: retira o projeto, o substitutivo? Já existe a lei.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. tem o número de lei? Por gentileza.

**O SR. RENATO GAÚCHO**

É a Lei nº 13.411, de 26 de dezembro de 2001.

Se V. Exa. quiser, eu leio.

(Lê):

“Lei nº 13.411

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa parceiro da Escola, a ser implantado no Estado do Paraná.

Art. 2º - O programa mencionado no artigo anterior consistirá da participação da iniciativa privada na aquisição de uniformes, equipamentos, materiais, móveis escolares e na forma e/ou ampliações das escolas da Rede Estadual de Ensino.

Art. 3º - As empresas que participarem do referido programa poderá explorar, com exclusividade sua publicidade nos equipamentos, materiais e uniformes doados, bem como através de outdoors nas escolas, em locais indicados pela APM do colégio beneficiado.

Art. 4º - .... Vetado ...

Art. 5º - A fiscalização da correta aplicação dos recursos destinados às finalidades descritas no artigo 2º desta lei ficará ao encargo da APM do colégio ben-

eficiado. O conselho escolar, não concordando com o destino dado aos recursos, comunicará sua reprovação às autoridades competentes da Secretaria da Educação e do Tribunal de Contas, para as devidas providências.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.12.2001.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

Alcyone Vasconcelos Saliba

Secretária de Estado da Educação”

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Quero cumprimentar o Deputado Renato Gaúcho pelo brilhante projeto que já foi aprovado nesta Casa e dizer que podem guardar alguma semelhança, mas são distintos.

São distintos por quê? Porque ele procura ampliar a possibilidade da iniciativa privada patrocinar, sem isentar a responsabilidade constitucional de manter o ensino fundamental.

Ele propicia que a iniciativa privada possa se responsabilizar por despesas com a conservação. (lê inciso II, III, IV, V do Projeto de Lei nº 284/2003). É bastante amplo o nosso projeto, e só vem fortalecer e enriquecer a lei de V. Exa. Ele não concorre procurando diminuir a sua lei.

**O SR. RENATO GAÚCHO**

Entendo as suas colocações, mas as semelhanças são muitas.

Não se justifica colocar outro projeto com a mesma base.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Justificar)**

Ele propicia à iniciativa privada a oportunidade de ser co-partícipe do desenvolvimento fundamental, sem excluir o Poder Público de suas responsabilidades. Talvez o ponto de semelhança é que a APM poderá deliberar sobre o uso do uniforme, um destaque maior para o nome da escola e o secundário para a empresa. Aí o ponto de semelhança nos projetos, razão pela qual insisto na votação. As leis poderão somar-se para o fortalecimento do ensino fundamental.

Não quero assumir a paternidade da lei do Deputado Renato Gaúcho, existe algum ponto de semelhança, mas os objetivos são diferentes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Consulta V. Exa. se poderíamos retirar até a próxima segunda-feira.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Não vejo nenhum tipo de problema.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Agradeço o espírito democrático de V. Exa.

Está retirado, voltará na pauta da próxima segunda-feira, e solicito que V. Exa. dê uma cópia de todo o processo, ao Deputado Renato Gaúcho.

## ITEM 02

### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos Hotéis e Estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIE E SP. COM EMENDA DA CCJ.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO

#### PROJETO DE LEI Nº 405/2003

### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria de Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos.

#### Fundamentação

A matéria já foi analisada, anteriormente, pelas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Segurança Pública, recebendo parecer favorável em todas elas.

Enviado ao Plenário, o Projeto de Lei nº 405/2003 foi aprovado em 1ª discussão, e na 2ª discussão recebeu uma emenda modificativa e supressiva de autoria do Deputado Felipe Lucas.

#### Conclusão

Chamada a opinar sobre a emenda apresentada, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice que possa obstar a normal tramitação da proposta que pretende modificar e suprimir dispositivos do texto do projeto de lei em tela.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável à presente emenda modificativa e supressiva.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DR. LUCIANO DUCCI - Relator

#### Apoiamento:

Chico Noroeste, Nelson Tureck, Elton Carlos Welter, Nelson Justus, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Antônio Anibelli e Delegado Bradock.

Em votação, ressalvada a emenda da Comissão de Constituição e Justiça. Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

## ITEM 03

### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Festival Estadual de Teatro Estudantil, a ser organizado através das Secretarias de Estado da Educação e/ou da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CCJ.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 561/2003

### P A R E C E R :

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 561/2003 em análise, institui o Festival Estadual de Teatro Estudantil, a ser organizado através das Secretarias de Estado da Educação e/ou da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências.

#### Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43 parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que a emenda modificativa apresentada, pretende modificar o artigo 6º deixando-o sem prazo de início de sua eficácia.

#### Conclusão

Esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável à emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 561/2003, objeto desta análise.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

#### Apoiamento:

Chico Noroeste, Nelson Tureck, José Maria Ferreira, Jocelito Canto, Barbosa Neto, Dr. Luciano Ducci, Nelson Justus, Marcos Isfer, Tadeu Veneri, Elton Carlos Welter e Antônio Anibelli.

Em votação o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ, **Aprovada.**

## ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Sericultores, com sede e foro no Município de Alto Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2003, de 18.08.2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 447/2003

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação dos Sericultores, com sede e foro no Município de Alto Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 739/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Dia Estadual da Inclusão Digital, a ser comemorado no último sábado do mês de março. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/2003, de 10.12.2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI Nº 739/2003 e 027/2004

#### P A R E C E R :

De autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni e Natálio Stica, respectivamente, os projetos de lei epígrafados tratam da mesma matéria, razão pela qual, e com base no artigo 121 do Regimento Interno deste Legislativo Estadual, foram reunidos e com requerimento apresentado pelo presidente da Casa e já aprovado em Plenária, devem ser transformadas em uma única proposição.

Com apenas uma pequena diferença de redação, ambas iniciativas propõem que seja instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia Estadual da Inclusão Digital, a ser comemorado no último sábado do mês de março de cada ano.

Considerando que o referido evento ainda não está institucionalizado em nosso Estado e sendo indicativo internacional para que se comemore no último sábado de todo mês de março, através da realização de atividades que conscientizem a população da necessidade de se pluralizar o acesso ao mundo digital, evitando-se a formação de pessoas ou grupos privilegiados, o que importa em poder de opressão sobre os excluídos, justifica-se a oficialização da data, notadamente como forma de maximizar as ações governamentais e não governamentais para a democratização deste importante instrumento de inclusão social.

Estando em conformidade com o ordenamento jurídico quanto à competência e demais aspectos de

forma, opinamos pela regular tramitação das iniciativas.

## Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável aos projetos de lei apresentados, destacando-se a preferência ao primeiro protocolizado pelo ilustre Deputado Ângelo Vanhoni. No entanto, na forma regimental, ambos serão transformados em uma única proposição, através do substitutivo em anexo, para o qual pedimos o voto favorável aos demais Pares desta Comissão.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

### SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AOS PROJETOS DE LEI NºS 739/2003 E 027/2004

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia Estadual de Inclusão Digital, a ser comemorado no último sábado do mês de março de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.04.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER - Relator

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Água Viva, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2004, de 01.03.2004).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 031/2004

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Água Viva, com sede e foro no Município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de

Utilidade Pública o Clube do Vovô de Sarandi, com sede em Sarandi e foro na comarca Marialva. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2004, de 08.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 046/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Sarandi, com sede em Sarandi foro na Comarca de Marialva.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fraternidade Espírita Mensageiro da Luz, com sede e foro no Município de Ibiporã. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2004, de 09.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 052/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Durval Amaral, declara de Utilidade Pública a Fraternidade Espírita Mensageiro da Luz, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis dos Balneários de Santa Terezinha e Itapuã - AMOSI, com sede no Município de Pontal do Paraná e foro no Município de Matinhos. **PARECER**

**FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2004, de 10.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 060/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis dos Balneários de Santa Terezinha e Itapuã - AMOSI, com sede no Município de Pontal do Paraná e foro no Município de Matinhos.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de janeiro e fevereiro de 2004, Resolução nº 15/92 e março de 2004, Resolução nº 003/2004. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de janeiro, fevereiro de 2004, Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, e março de 2004, Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.04.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 036/2004

**P A R E C E R :**

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 036/2004, prestando contas

da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referentes aos meses de janeiro, fevereiro de 2004, conforme Resolução 15/92, de 19 de junho de 1992, e março de 2004, regulamentada pela Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição acima, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável. Aprovado.

Pelo acima exposto, conclui esta Relatoria pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 14.04.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 595 a 597, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 598 e 599, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 600 e 611, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 609, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 610, de autoria dos Deputados Artagão Júnior e Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 602, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Martins e demais Deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

#### O SR. ELIO RUSCH

Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Queria lembrar, para que fique registrado na Sessão de hoje, o deputado Durval Amaral, no ano passado fez uma viagem para a Itália e levou o seu filho Mateus, para que pudesse jogar futebol naquela cidade, mais precisamente no Clube Verona. E para nossa alegria, temos aqui em nossas mãos uma revista de circulação na Itália, que já circula há quase cem anos naquele país, e deu destaque exatamente ao filho do Durval Amaral.

Por isso, gostaria de parabenizá-lo pelo sucesso que o seu filho teve, não só nessa revista, mas no próximo folder, naquele mesmo país.

Parabéns a você, Durval, e desejamos que seu filho tenha todo o sucesso na vida esportiva naquele país.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os nossos cumprimentos também ao Durval, à sua esposa, pelo sucesso do seu filho na Itália, jogando futebol.

#### O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, é apenas uma solicitação que no dia de ontem gostaria de ter feito e não foi possível.

Fiz há algum tempo atrás uma solicitação à Mesa para que nós pudéssemos ser informados de quando deve ocorrer e se já está próximo o leilão dos carros que foram entregues pelos Srs. Deputados para a Assembléia Legislativa, se já há uma previsão, ou não. Não sei se o senhor já tem como responder, mas eu gostaria, se não agora, que isso fosse possível.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É possível responder à Questão de Ordem de V. Exa. A pressa da Comissão Executiva, como dos membros que participaram da Comissão, é que seja feito o mais rapidamente. Nós tivemos algumas dificuldades, porque exigimos uma carta de fiança de um milhão de reais para que o indicado pela Junta Comercial do Paraná fornecesse à Assembléia.

Infelizmente, não conseguimos que nenhum dos leiloeiros fornecesse a carta e vou justificar a V. Exa. por que essa exigência. Houve, no passado e recentemente, não com a Assembléia, mas com a Volkswagen, onde foram leiloados alguns carros da Volkswagen e o leiloeiro sumiu com o dinheiro.

A Comissão Executiva tem essa responsabilidade, então nós precisamos garantias. Fizemos um bom entendimento e vamos leiloar, agora, de dez a vinte carros, no máximo, por leilão.

Então, temos a máxima pressa de agilizarmos esse leilão - os carros estão até em pátio descoberto aqui e é necessário que se faça o mais rápido possível. Mas, realmente nós tivemos esse problema operacional, que foi de conseguir que algum leiloeiro nos desse a garantia.

#### O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de convocar aqui os Deputados que fazem parte do Bloco Municipalista, os ex-Prefeitos, para uma reunião "rápida e rasteira" na CCJ, logo que terminar a Sessão de hoje, para tratar de alguns assuntos de interesse da questão do Bloco Municipalista.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 014 e  
015/2004.

Levanta-se a Sessão.